

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DA REGIÃO OESTE DA BAHIA APOS A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Karoline Oliveira Gama¹; Raquel Matos Cardoso do Vale²

1. Bolsista Fapesb, Graduanda em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: kirolgama@hotmail.com
2. Orientadora e Coordenadora do Projeto de Pesquisa Região Oeste da Bahia: as suas novas formas de organização do espaço agrário, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: valeraquel@gmail.com

PALAVRAS – CHAVE: Oeste da Bahia, Estrutura Fundiária, Modernização Agrícola.

INTRODUÇÃO

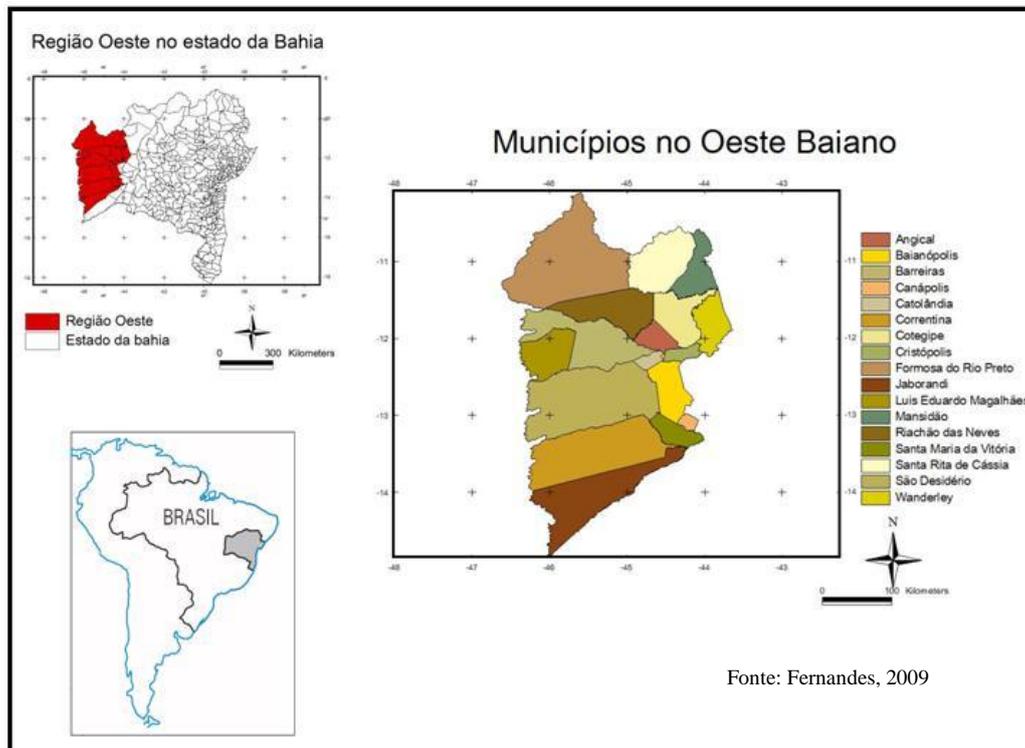
O presente estudo tem por objetivo sistematizar e analisar dados relativos à estrutura fundiária dos 23 municípios que compõem a região Oeste da Bahia (Figura 01), com base nos dados dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados declaração de imóveis do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A tabulação e análise dos dados tenta demonstrar as transformações ocorridas na Região Oeste após o processo de implantação da agricultura moderna, após 1975. Retratando o desenvolvimento das propriedades agrícolas na região, e como tal desenvolvimento modificou o social, econômico e a paisagem dos municípios que a compõe.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para realização do mesmo foram sistematizados e analisados dados referentes a base de dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 (IBGE) e da Declaração de Imóveis Rurais de 2007 (INCRA) que facilitou e permitiu a elaboração de tabelas, gráficos e posterior análise estatística. As leituras e discussão de textos, artigos, teses de mestrado e doutorado, e novas publicações de temas pertinentes à pesquisa não deixaram de ser realizadas ao longo do estudo, bem como as visitas a órgãos públicos responsáveis pela coleta e publicação de dados agropecuários, demográficos e jurídicos, como INCRA, IBGE, CDA e SEI.

Figura 01: Localização da área de estudo

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os dados coletados permitiram analisar a evolução do número de estabelecimentos rurais dos municípios da área de estudo e suas respectivas áreas (em hectares) para compreender como a modernização agrícola, e como a mesma afetou não apenas a estrutura fundiária, mas também as estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, diferenciando a região das demais do Estado. Para análise da evolução fundiária recorreu-se à organização dos dados levando em consideração o tamanho das propriedades (em hectares) nos seguintes intervalos: menos de 10 hectares; entre 10 e 50 hectares; 3. entre 50 e 100 hectares; entre 100 e 500 hectares; entre 500 e 1000 hectares; entre 1000 e 5000 hectares; entre 5000 e 10.000 hectares e superiores a 10.000 hectares.

Desta forma verificou-se que os municípios que apresentam propriedades de até 500hec são os maiores produtores de algodão, soja, feijão e milho. O padrão regional é o seguinte: Municípios com grande número de propriedades com menos de 10 hectares (Barreiras, Formosa do Rio Preto e São Desidério); Municípios com predomínio de propriedades entre 1 e 100 hectares (Angical, Baianópolis, Canópolis, Catolândia, Santana, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho); Municípios com predomínio de propriedades entre 1 e 500 hectares (Coribe, Correntina, Cristópolis, Santa Maria da Vitória e Riachão das Neves); Municípios com predomínio de propriedades entre 10 e 500 hectares (Cocos, Cotegipe e Santa Rita de Cássia); Municípios com predomínio de propriedades entre 10 e 1000 hectares (Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Mansidão, São Felix do Coribe e Wanderley). Esses padrões subsidiaram a compreensão da real distribuição de terras, uma vez que a mesma é tida como região de grande concentração fundiária.

Para Graziano Neto (apud MATOS, 2006) a agricultura moderna realizada em regiões como o Oeste Baiano, assim como o modelo econômico global, de base capitalista, privilegia o grande capital, como ocorre na área de estudo, e é o grande proprietário que tem maior acesso ao crédito rural, às políticas de comercialização e aos benefícios dos programas nacionais e até mesmo aos investimentos internacionais. Conseqüentemente há forte exclusão

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

dos pequenos proprietários que ficam à margem do processo e da organização da cadeia produtiva consolidada na região.

Logo a substituição das bases técnicas e econômicas da agricultura tradicional, implantada por meio da modernização agrícola, gerou uma série de transformações socioespaciais nos municípios que compõem a região, sobretudo: espacialização da produção; mudanças nas relações de trabalho; (re) organização produtiva; e divisão social e territorial do trabalho na região e no Brasil.

Estas transformações possibilitam afirmar que a modernização da agricultura se caracteriza por três fatores: **mudança da base técnica de produção**, que consiste na modernização agrícola em si; **mudança nas relações de trabalho**, que consiste no surgimento de novas categorias como os administradores das propriedades, os operadores de máquinas e outros, além da desapropriação dos pequenos produtores que perderam seus meios de produção e se transformaram em trabalhadores (assalariados ou temporários) ou migraram para as cidades; **especialização da produção**, que consiste na especialização de poucas ou apenas uma cultura, essencialmente voltadas para o mercado externo e destinadas para a agroindústria, como a cultura de grãos.

Durante a década de 1970 a região não possuía estabelecimentos com área superior a 1000 hectares, e em destaque aparecem propriedades de 1 a 50 hectares, seguida pelas propriedades entre 50 e 500 hectares. Os municípios de Jaborandi, Mansidão, Luis Eduardo Magalhães, São Félix do Coribe, Santa Rita de Cássia e Wanderley ainda não haviam sido criados, fato que ocorreu apenas entre as décadas de 1985 e 1989, com exceção de Luis Eduardo Magalhães, criado no ano de 2000.

A partir do início da década de 1980, verificou-se um novo ciclo de desenvolvimento econômico, com acelerado aumento populacional, ocasionado principalmente pelos movimentos migratórios sulistas, acompanhado da implantação de um modo de expansão capitalista, através da modernização de técnicas de produção e políticas de planejamento nacional, com o PROCEDER II. Neste momento ocorre a substituição da agricultura tradicional por atividades agrícolas integradas à indústria, com intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, especialização da produção agrícola e substituição das exportações pelo mercado interno como elemento central da alocação dos recursos produtivos no setor agropecuário como afirma Kageyma (1990).

A análise dos dados do Censo agropecuário de 1996, permite verificar que municípios como Jaborandi, Correntina, Cristópolis, Santa Maria da Vitória e Serra Dourada são os maiores detentores de propriedades com áreas inferiores a 10 hectares, enquanto que os municípios de Angical, Catolândia, Coribe, São Félix do Coribe e Wanderley possuem características inversas à apresentada, pois estes são os que se destacam por menor número de estabelecimentos com estas características. Há um destaque para os estabelecimentos com áreas entre 10 e 100 hectares, destacando-se municípios como: Angical, Cocos, Coribe, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia e Serra Dourada.

Levando em consideração os dados declarados pelos proprietários de terras (INCRA, 2007), verificam-se propriedades com áreas entre 1 e 500 hectares, chegando a um total de 30.139 estabelecimentos de um total de 36.700 unidades, o que reafirma a concentração dos municípios para as propriedades com um número não tão expressivo em tamanho. Destacam-se os municípios de: Angical, Cocos, Coribe, Correntina, Formosa do Rio preto, Jaborandi, Santa Maria da Vitória e Serra Dourada, como os mais importantes no que concerne a estas características. Já os municípios de Luis Eduardo Magalhães, Wanderley, Cotegipe e Cristópolis podem ser identificados como os que possuem menor número de estabelecimentos com área entre 1 e 500 hectares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa modernização trouxe considerável crescimento econômico para o país e para as regiões que a experimentaram, porém trouxe também profundas transformações ambientais e sociais. O dinamismo econômico da região se resume aos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães. Os demais municípios, ainda não experimentaram este crescimento econômico acelerado em função do agronegócio de precisão, logo os mesmos se encontram em menor escala ou até mesmo inexistem.

Levando em consideração as publicações da Declaração de Imóveis Rurais – INCRA (2007) e Censo Agropecuario – IBGE (2006/07), observa-se alguns municípios com pequeno número de propriedades, porém com grande extensão de terras, como por exemplo: Formosa do Rio Preto, Luis Eduardo Magalhães, São Desiderio, Cocos e Jaborandi, ocupando um percentual de 2 a 13% da área total da Região Oeste da Bahia.

Analisando o número total de estabelecimentos, em 2006 e 2007, percebe-se que os padrões apresentam semelhança, porém sem coincidência completa de valores. Esta discrepância está relacionada á natureza dos dados, declarado para o INCRA e coletado para o IBGE. Já no que tange a área total em hecatres pode-se inferir que a variação dos dados é pequena se comparada com o número de estabelecimentos, reafirmando mais uma vez que apesar da diferenciação na forma de coleta dos dados, ambos demonstram que a região ainda possui concentração de terras, com destaque para Luis Eduardo Magalhães, Barreiras, São Desiderio, Cocos, Formosa do Rio Preto, Correntina, Santa Rita de Cássia, sobretudo para aqueles que praticam a agricultura moderna e possuem o capitalismo como uma das bases das suas relações comerciais, sociais e espaciais.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Questões atuais de reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. p. 367 – 415.
- CUNHA, A.S. et al. Uma avaliação de sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Estudo de Política Agrícola, nº 11. Relatório de Pesquisa. IPEA PROJETO PNUD/BRA/91014, 1994. 256 p.
- DIAS, B. F. *Alternativas de Desenvolvimento dos Cerrados*. Brasília: Ibama, 1992.
- GAMA, Karoline Oliveira; ARAUJO, A. O. . A cultura da soja no Oeste da Bahia. In: V Encontro Baiano de Estudantes de Geografia, 2008, Caetité. V EBEGEO: Um olhar geográfico frente aos desafios ambientais do século XXI. Caetité: Gráfica da UNEB, 2008. p. 1-5.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. 2^a Edição, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GODOY, P. Uma Reflexão sobre a Produção do Espaço. Disponível em www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm. Acesso em 10 de jul. de 2008.
- HAESBAERT, Rogério. “Gauchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das Identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa,
- IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> Acessado em 10 ago. 2009.
- MATOS, P. F. de. A consolidação da modernização agrícola no Cerrado e os impactos ambientais. Mediação: Revista da Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Pires do Rio, v. 01, nº 01. Pires do Rio: UEG, 2006.
- MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente. 8ed. 1^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2005.

Anais do XIV Seminário de Iniciação Científica da Universidade Estadual de Feira de Santana, UEFS, Feira de Santana, 18 a 22 de outubro de 2010

SANTOS, Clovis Caribé Menezes dos. *Impactos da modernização da agricultura no oeste baiano: repercussão no espaço do cerrado a partir da década de 80*. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

_____. *Oeste da Bahia: Modernização com (dês) articulação econômica e social de uma região*. 2007. Tese (Doutorado) – Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SANTOS FILHO, Milton (Coor.). *O processo de urbanização no Oeste Baiano*. Recife: SUDENE, 1989. (Serie de Estudos Urbanos, 1).